



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de atividade podem sugerir um cenário melhor para o PIB do 3T23

A agenda da semana é relativamente enxuta, devido ao feriado da Proclamação da República nesta quarta-feira (15), mas traz números importantes sobre a atividade econômica referentes ao fechamento do 3º trimestre. Na terça (14), o IBGE apresenta o resultado do setor de serviços, cuja expectativa é de alta de 0,4% em setembro, devolvendo parcialmente a queda de 0,9% do mês anterior. Caso se confirme, o setor cresceria 0,6% no 3º trimestre, se mantendo em expansão e como o mais dinâmico da economia, apesar dos sinais de desaceleração. Já na quinta (16), o Banco Central divulga o resultado do índice IBC-Br de atividade econômica, considerado uma *proxy* mensal do PIB, que também deve mostrar algum crescimento, com alta estimada em 0,2% no mês. Neste caso, o índice recuaria 0,5% no trimestre. Porém, o IBGE revisou para cima o dado do varejo de agosto (de -1,3% para +0,6%), assim, o BCB também deve revisar para cima o índice IBC-Br de agosto, que caiu 0,8%. Desta forma, os indicadores de atividade podem mostrar um cenário um pouco melhor do que o esperado até então para o 3T23, sugerindo a possibilidade de um desempenho do PIB próximo a estabilidade no período, ante uma ligeira retração.

Já a FGV publica o índice IGP-10 de novembro, que deve mostrar aceleração dos preços no atacado. O resultado será conhecido na sexta (17) e deve subir 0,52%, pressionado por itens como bovinos e cana-de-açúcar (e derivados), sinalizando que o período de deflação dos itens agropecuários chegou ao fim, fato que tende a impactar os preços dos alimentos consumidos no domicílio pelas famílias. Apesar da alta, o indicador deve seguir em deflação em 12 meses (em -3,81% ante -4,88%).

Ainda na agenda doméstica, esta será a última semana relevante em termos de divulgação dos balanços corporativos do 3º trimestre. No setor financeiro, hoje após o fechamento do mercado, serão conhecidos os resultados do Banrisul e XP; e, amanhã (14), do Nubank.

Já a agenda internacional está carregada, com destaque para o resultado da inflação ao consumidor (CPI) dos EUA de outubro, que testará as apostas de que o Fed não subirá mais a taxa de juros no país. O dado será divulgado na terça (14) e o consenso estima uma alta de apenas 0,1% no mês (ante +0,4% em set/23), que, caso se confirme, fará o indicador desacelerar para 3,3% em 12 meses (ante +3,7%). Já o núcleo do indicador, que desconsidera itens voláteis como alimentos e energia, deve seguir estável em 4,1% em base anual, sinalizando ainda algum desafio para que a inflação volte para a meta de 2%. Na semana, também será conhecido o resultado do CPI de outubro da Zona do Euro, na sexta (17), que deve mostrar uma desaceleração mais acentuada, de 4,3% para 2,9% (em 12 meses), diante do alívio nos preços de energia e um ritmo de atividade mais fraco na região.

A agenda também traz dados de atividade das principais economias mundiais, que poderão sinalizar alguma retomada da economia chinesa, moderação da economia norte-americana e a perda de tração na Zona do Euro. No país asiático, serão conhecidos os dados de vendas do varejo e produção industrial de outubro, na terça (14) à noite. No caso do varejo, a expectativa é de aceleração ante o dado de setembro, com expansão anual de 7,0% (ante 5,5% em set/23), enquanto a indústria deve manter seu ritmo de crescimento estável em 4,5%. Já nos EUA, os dados de atividade devem mostrar alguma moderação, após uma sequência de altas e uma resiliência, de certa forma, impressionante. Neste sentido, a expectativa é de quedas de 0,3% tanto para o varejo como para a indústria. Já na Zona do Euro, serão divulgados os dados do PIB do 3T23 e a produção industrial de setembro, onde ambos devem recuar no período (-0,1% e -0,9%, respectivamente), diante da fraqueza da economia alemã.

Por fim, o Banco Popular da China decide a taxa de juros de 1 ano do país, na terça (14), e a expectativa é que mantenha estável em 2,50% aa. Contudo, diante da baixa inflação e dos desafios em termos de crescimento econômico, não é improvável que haja alguma surpresa, com queda dos juros.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/nov	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Set/23	0,4% m/m 0,5% a/a	-0,9% m/m 0,9% a/a
16/nov	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Set/23	0,2% m/m 0,8% a/a	-0,8% m/m 1,3% a/a
17/nov	FGV: IGP-10	Nov/23	0,52% m/m 3,81% a/a	0,52% m/m -4,88% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
14/nov	Zona do Euro	PIB	3º tri/23 – 2ª leitura	-0,1% t/t-1	0,2% t/t-1
14/nov	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Out/23	0,1% m/m 3,3% a/a	0,4% m/m 3,7% a/a
14/nov	China	Produção Industrial	Out/23	4,5% a/a	4,5% a/a
14/nov	China	Vendas no varejo	Out/23	7,0% a/a	5,5% a/a
14/nov	China	PBoC: Taxa de Juros de 1 ano	Nov/23	2,50% a.a.	2,50% a.a.
15/nov	Zona do Euro	Produção Industrial	Set/23	-0,9% m/m	0,6% m/m
15/nov	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Out/23	1,9% a/a	2,2% a/a
15/nov	EUA	Vendas no varejo	Out/23	-0,3% m/m	0,7% m/m
16/nov	EUA	Produção Industrial	Out/23	-0,3% m/m	0,3% m/m
17/nov	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Out/23 – final	2,9% a/a	4,3% a/a
17/nov	EUA	Construções de casas novas	Out/23	-0,7% m/m	7,0% m/m
17/nov	EUA	Alvarás para novas construções	Out/23	-1,4% m/m	-4,5% m/m

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Copom sinaliza novos cortes de 0,50 pp, mas chance de acelerar ritmo é baixa

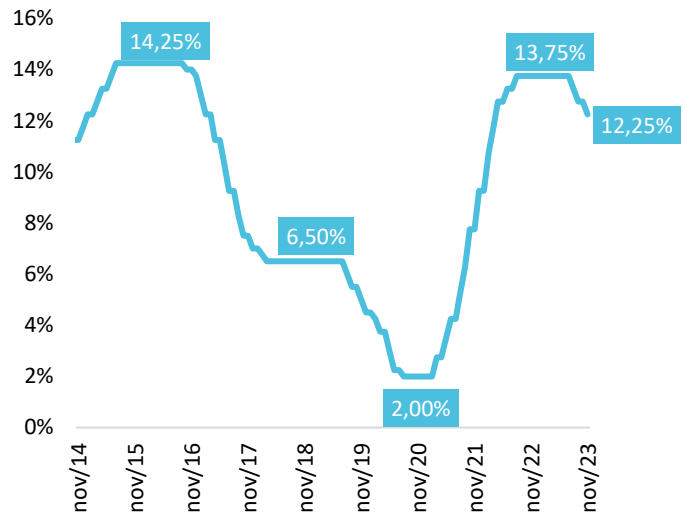
O Banco Central divulgou a Ata da última reunião do Copom, que reduziu a taxa Selic em 0,5 pp (para 12,25% aa), mas mostrou uma maior preocupação com o cenário internacional. O Colegiado voltou a classificar o cenário externo como adverso, especialmente em função da elevação das taxas de juros de longo prazo nos EUA. O Copom apontou que, diante da resiliência da atividade econômica e do mercado de trabalho, a manutenção dos juros elevados nos EUA tem sido fundamental para conter a inflação mundial. Contudo, tal aperto monetário pode trazer pressões sobre o câmbio doméstico. Neste sentido, o documento trouxe um extenso parágrafo (8) onde discute uma série de possíveis canais de transmissão dos efeitos dos juros maiores nos EUA para a economia brasileira, que seriam via: diferencial de juros, prêmio a termo na curva de juros, demanda externa, câmbio, taxa neutra de juros, preço das *commodities*, entre outros. A conclusão foi de que “em um ambiente de maior incerteza, o Comitê avalia que é apropriado adotar uma postura de maior cautela diante dos riscos envolvidos”.

No cenário doméstico, o Copom apontou que, após as surpresas no 1º semestre, a atividade deve desacelerar ao longo do 2º semestre. Em relação à inflação, o Colegiado avaliou que “houve um progresso desinflacionário relevante”, embora ainda haja um longo caminho a percorrer para o retorno da inflação à meta. Além disso, o documento apontou que estão se esgotando algumas fontes que contribuíram para o processo de desinflação, como o fim da deflação no atacado (itens agrícolas e industriais). Ainda, há riscos que vem do fenômeno climático *El Niño* e da evolução do preço do petróleo (tensões geopolíticas). Sobre a política fiscal, o Copom apontou que até recentemente, a incerteza se detinha sobre a execução das metas. Agora, cresceu a incerteza em torno da própria meta estabelecida, o que levou a um aumento do prêmio de risco.

Diante de tal cenário, o Copom eliminou do documento o trecho no qual apontava condições para uma intensificação do ritmo de cortes dos juros. Contudo, optou por manter a sinalização de novos cortes de 0,50 pp nas próximas reuniões, em se confirmando o cenário esperado. Assim, ao que tudo indica, a taxa Selic deve encerrar 2023 em 11,75% a.a. (-0,5 pp em dezembro); e, seguir em queda ao longo de 2024, para cerca de 9,25% a.a. (como prevê até o momento o boletim Focus).

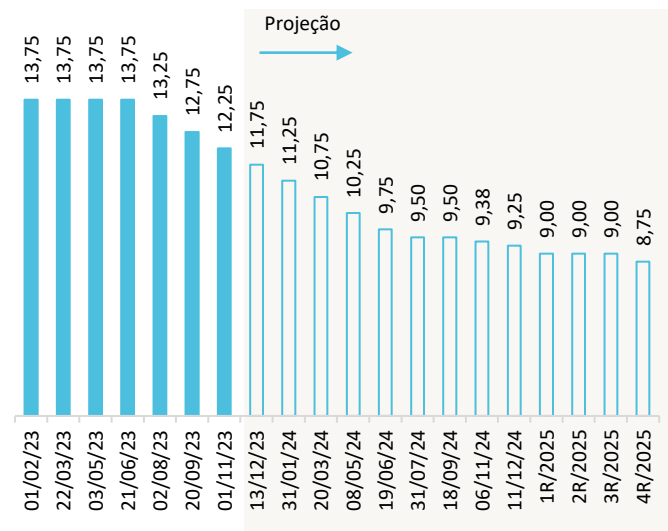
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Taxa Selic - % a.a.



Fonte: BCB

Quadro 2: Trajetória esperada* para a Taxa Selic Em % aa



Fonte: BCB. *Boletim Focus 03/11/2023.

O IPCA subiu 0,24% em outubro, abaixo do esperado (+0,29%). O resultado manteve o cenário benigno, com desaceleração (em 12 meses) da inflação e das principais medidas de núcleo. A alta do indicador no mês refletiu o aumento das passagens aéreas (+23,7%), um item bastante volátil; e, dos alimentos no domicílio (+0,27%), que voltaram a subir após 4 meses em queda, pressionados pelos itens *in natura*, como os tubérculos/legumes (+4,49%), verduras (+3,00%) e frutas (+3,06%), devido à piora das condições climáticas (*El Niño*) na última quinzena do mês. Por outro lado, foi captada queda dos preços dos combustíveis (-1,39%), especialmente da gasolina (-1,53%), diante da redução dos preços nas refinarias; assim como da energia elétrica (-0,58%), automóvel novo (-0,32%) e itens do grupo comunicação (-0,19%).

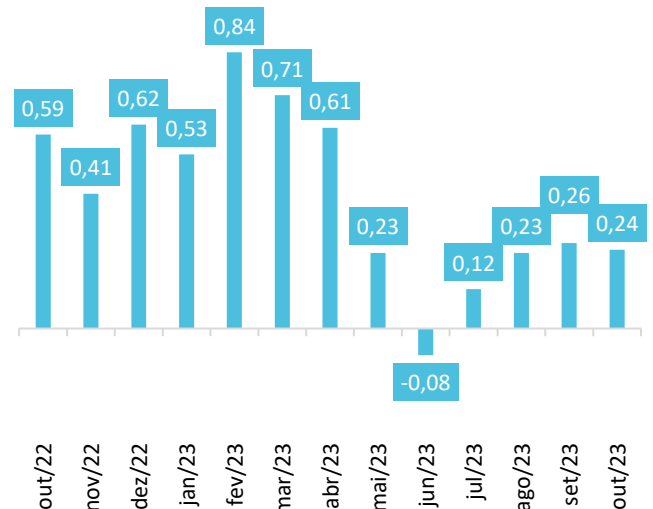
Com o resultado, o índice voltou a sua trajetória de desaceleração em 12 meses, passando de 5,19% para 4,82%, e deve encerrar o ano abaixo do teto da meta (4,75%). Tal movimento também foi observado na média das principais medidas de núcleo (de 5,02% para 4,71%) e na inflação de serviços subjacentes (de 5,19% para 5,02%), que buscam captar os movimentos dos preços mais atrelados à atividade e a política monetária. O resultado dá suporte para o Copom manter o processo de queda da taxa Selic (em 0,50 pp) nas próximas reuniões. Contudo, a piora do cenário externo e o aumento da incerteza fiscal dificultam uma aceleração do ritmo de cortes da Selic para 0,75 pp.

No âmbito da atividade, o IBGE mostrou um quadro relativamente melhor do que o esperado para o varejo, sugerindo uma desaceleração mais suave do consumo das famílias no 3º trimestre. O segmento (conceito ampliado) avançou 0,2% no mês, acima da expectativa (0,0%); também houve uma forte revisão no dado de agosto, que passou de -1,3% para uma alta de 0,6%.

A expansão do segmento tem sido liderada pelas vendas dos hiper e supermercados, que subiram 1,6% em setembro, a 4ª alta seguida, que vinham se beneficiando do processo de deflação dos preços dos alimentos. Também cresceram no mês as vendas de móveis e eletrodomésticos (+2,1%) e artigos farmacêuticos (+0,4%). Por outro lado, 7 das 10 atividades pesquisadas caíram no período, com a maior queda vindo das vendas de materiais de construção (-2,0%).

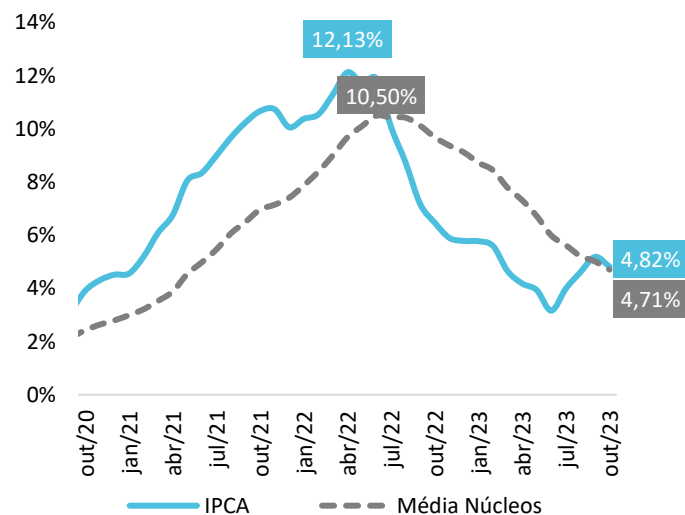
Com o resultado de setembro, somado à revisão positiva do dado de agosto, o varejo ampliado ficou estável no 3º trimestre, ante expectativa de queda no período. Do lado positivo, destaque para a alta das vendas dos supermercados (+1,6%), impulsionada pelo efeito renda (mercado de trabalho aquecido e deflação de alimentos); de outro, caíram as vendas de itens de vestuário (-4,2%), móveis e eletrodomésticos (-1,3%) e materiais de construção (-0,5%), afetados pelos juros ainda elevados.

Quadro 3: IPCA – Var. % mensal



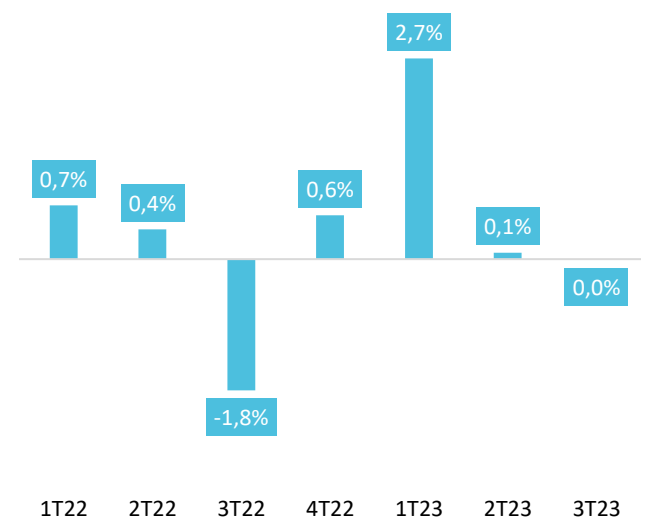
Fonte: IBGE

Quadro 4: IPCA e Média das Principais Medidas de Núcleo - Var.% em 12 meses



Fonte: IBGE

Quadro 5: Vendas no Varejo Ampliado Var.% trimestral (ante o trimestre anterior)



Fonte: IBGE

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Mercado se mantém em alta puxado por ações de tecnologia e trégua nas Treasuries

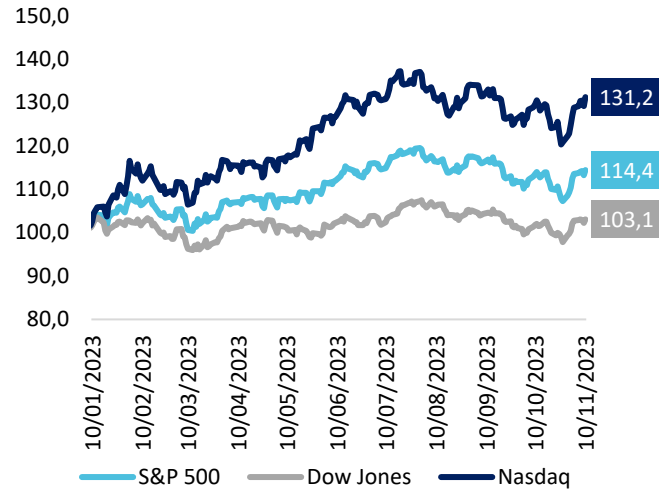
Os principais índices acionários nos EUA apresentaram alta na semana, puxados pelas ações de tecnologia, beneficiando especialmente o índice Nasdaq, em meio à safra de divulgação dos balanços e alguma devolução da alta nos rendimentos das *Treasuries*. Certo otimismo foi mantido mesmo em meio às falas mais duras de Jerome Powell e indicadores sugerindo preocupação do consumidor com a inflação. O presidente do Fed, em conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI), reforçou que se for apropriado, a autoridade não hesitará em subir os juros novamente, deixando na mesa a opção de mais um ajuste (+0,25 pp).

A agenda de indicadores foi enxuta na semana. Nos EUA, o destaque ficou com a pesquisa de confiança do consumidor da Universidade de Michigan, que decepcionou, ao mostrar uma queda acentuada na prévia de novembro, passando de 63,8 pts para 60,4 pts. Chamou a atenção a elevação das expectativas de inflação dos consumidores, que atingiu 3,2% para o médio/longo prazo (5-10 anos), maior valor desde meados de 2008. Além da preocupação com os preços, a divulgação destacou a apreensão do público com as altas taxas de juros e a possibilidade de piora no mercado de trabalho, revertendo certo otimismo com a atividade mais forte, que era o sentimento predominante no 3º trimestre.

Na China, os dados da balança comercial de outubro surpreenderam, trazendo boas e más notícias. Do lado positivo, as importações subiram 3,0% (ante out/22), sendo a primeira alta desde fevereiro e contrariando a queda esperada (-5,0%), sugerindo alguma retomada da demanda interna, possivelmente por conta dos estímulos governamentais. Por outro lado, as exportações caíram 6,4%, mais do que o esperado (-3,5%) indicando, por sua vez, um enfraquecimento da demanda global. Já a inflação segue bastante baixa no país, indicando espaço adicional para novos estímulos. Os preços ao consumidor (CPI) apresentaram deflação de 0,2% em outubro, enquanto os preços ao produtor (PPI) recuaram 2,6%, ambos no acumulado em 12 meses.

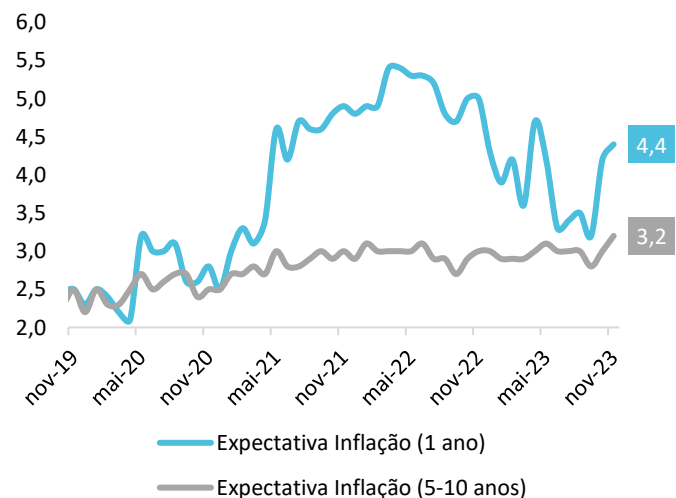
Por fim, na Zona do Euro, o índice PMI do setor de serviços de outubro caiu para 47,8 pts (ante 48,7 pts), enquanto as vendas no varejo recuaram 0,3% em setembro, em meio ao aperto monetário, reforçando a perda de tração da atividade no continente.

Quadro 6: EUA – Índices acionários
Base 100 = jan/23



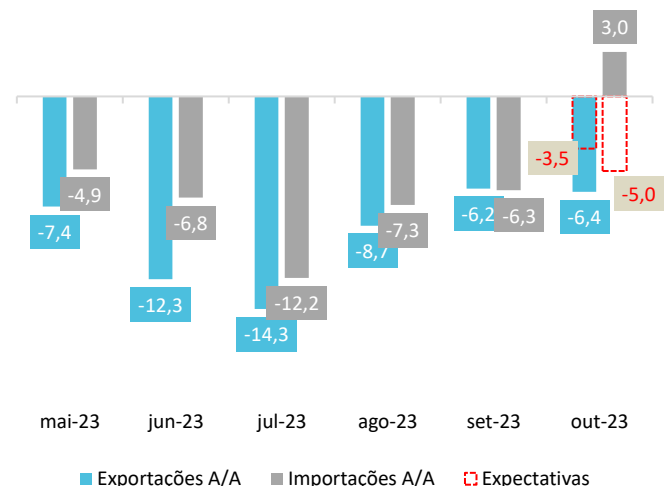
Fonte: Bloomberg.

Quadro 7: EUA – Expectativa de Inflação do Consumidor (Univ. de Michigan) – Em % a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 8: China – Exportações e Importações (Var. % ante o mesmo mês do ano anterior)



Fonte: Bloomberg.

Nota de Operações de Crédito

Crédito se mantém em desaceleração, mas juros e inadimplência caem novamente

O saldo total da carteira de crédito cresceu 0,8% em setembro, alcançando R\$ 5,57 trilhões (53,0% do PIB). Apesar do avanço, o crescimento anual da carteira seguiu em desaceleração, de 9,0% para 8,0%. O resultado sugere um crescimento do crédito próximo a 7% neste ano, um pouco abaixo da última estimativa da Pesquisa de Economia Bancária da Febraban (+7,6%).

No mês, a alta foi liderada pelo crédito destinado às empresas, que subiu 1,6%, em especial, na carteira com recursos livres (+1,9%). De toda forma, tal movimento é sazonal, impulsionado pelas linhas de controle do fluxo de caixa, como descontos de recebíveis (+15,5%) e antecipação de faturas de cartão (+5,6%), que são acessadas com mais intensidade no fim do trimestre. Já a carteira direcionada subiu 0,8%, puxada pelo crédito imobiliário (+3,1%) e rural (+2,9%).

Tal alta não impediu uma nova desaceleração (em 12 meses) do crescimento da carteira PJ, que passou de 5,0% para 4,4%, com arrefecimento tanto na carteira livre (de 2,4% para 2,1%), como direcionada (de 10,2% para 8,6%). Assim, a expansão do mês não altera a tendência de acomodação do segmento PJ, embora a percepção é que o pior já passou.

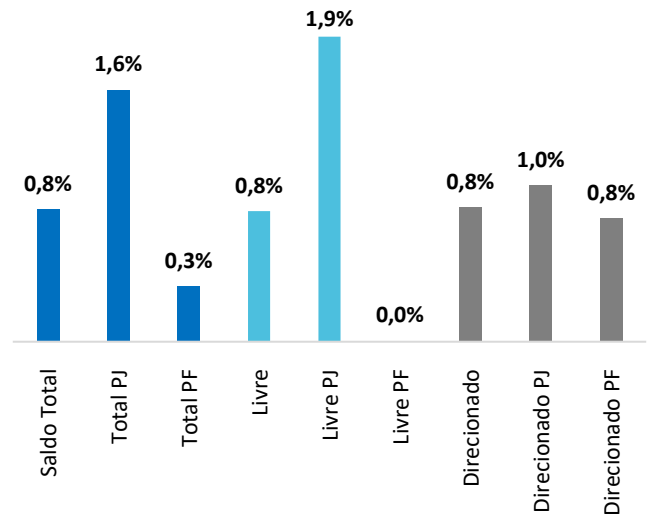
Já a carteira destinada às famílias cresceu apenas 0,3% no mês, com estabilidade na carteira livre e alta de 0,8% na direcionada. De toda forma, a composição pode ser considerada positiva, dado que o crescimento foi puxado pelas linhas mais seguras, como rural (+1,8%), veículos (+1,1%), consignado (+0,7%) e imobiliário (+0,5%); enquanto as linhas de maior risco, como o cartão de crédito rotativo (-3,0%) e o cheque especial (-1,1%), caíram. Assim, a expansão da carteira PF voltou a desacelerar em 12 meses, passando de 11,8% para 10,5%, mostrando também perda de ritmo.

Além disso, a acomodação é observada tanto na carteira Livre PF (de 10,2% para 9,2%), que tem registrado taxas menores de expansão, principalmente nas linhas mais arriscadas; assim como, na carteira direcionada (de 13,7% para 12,2%), devido ao menor crescimento do crédito rural, que após avançar 30,0% em 2022, deve registrar um avanço menos expressivo neste ano, embora ainda bastante alto (entre 15% a 20%).

Já o volume total de concessões avançou 2,0% em setembro, considerando os ajustes sazonais e de inflação. Esta foi a quinta alta mensal seguida, sinalizando um aumento do fluxo de crédito novo na economia, diante da redução da percepção de risco no segmento PJ. O crescimento foi liderado pelo crédito destinado às empresas (+3,5%), principalmente com recursos livres (+5,9%), que acumula alta de 16,1% desde maio, com a normalização da operação das linhas de recebíveis (após *stress* com caso Americanas). Já o volume de concessão para as PFs subiu 0,3% em setembro, refletindo a alta do direcionado (+1,4%), que ainda conta o fluxo de recursos do novo Plano Safra.

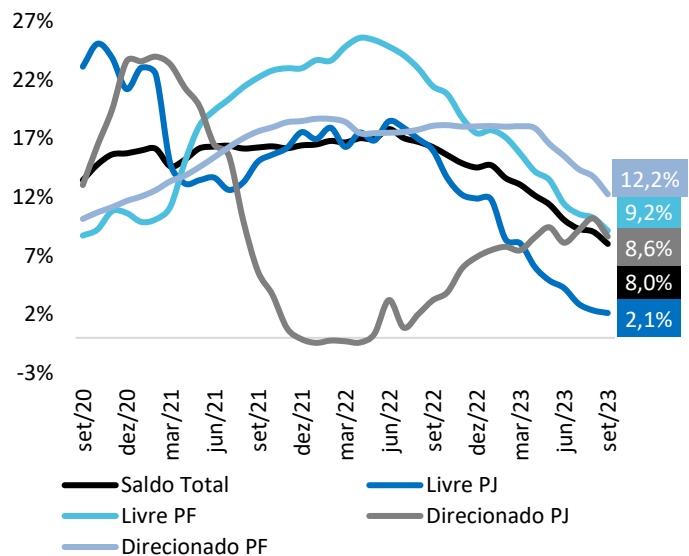
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 9: Saldo – Var.% mensal – Set/23



Fonte: Bacen

Quadro 10: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

Em relação às condições de financiamento, a taxa média de juros do SFN recuou pelo 4º mês seguido, para 30,5% aa (ante 30,7% aa), menor nível desde o início do ano. Tal movimento tem ocorrido devido ao processo de flexibilização da política monetária (queda da taxa Selic); ganho de participação das linhas mais seguras, e, portanto, mais baratas (efeito composição); e, alguma melhora do cenário econômico, com aparente fim do processo de alta da inadimplência.

Contudo, no mês, a queda das taxas foi concentrada na carteira PF, que caiu 0,5 pp, para 36,0% a.a., com recuo relativamente disseminado entre as modalidades, inclusive nas de maior risco, como o cartão rotativo (-4,4 pp, para 441,1% a.a.). Já a taxa média para as empresas subiu 0,4 pp, para 19,7% a.a., devido ao aumento do custo do cartão rotativo (+14,5 pp, para 192,3% a.a.) e das linhas operadas pelo BNDES (+1,0 pp, para 11,5% a.a.).

Assim, o spread médio do sistema também recuou pelo 4º mês consecutivo, para 21,2 pp (-0,2 pp). Da mesma forma, houve queda do spread da carteira PF (de 27,5 pp para 27,1 pp), enquanto o spread médio nas operações PJ subiu 0,3 pp, para 9,6 pp.

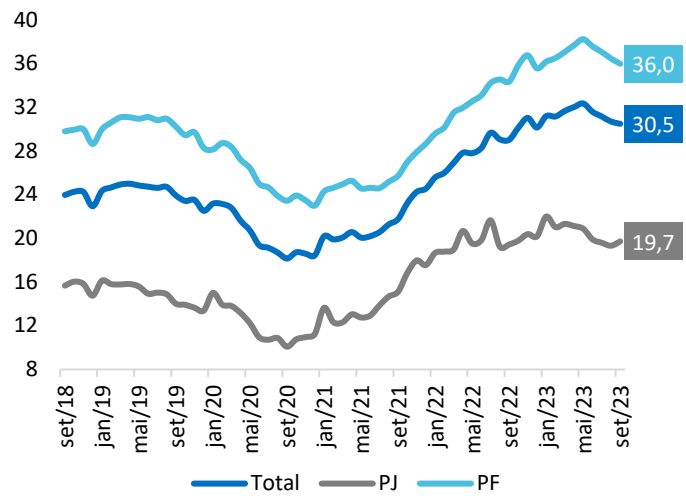
Já a taxa de inadimplência (atrasos acima de 90 dias) geral do sistema caiu 0,1 pp, para 3,5%. Este é o primeiro recuo depois de 3 meses estável (e após o longo ciclo de alta que ocorreu entre 2021 até o começo deste ano). Assim, vão se acumulando evidências positivas sobre o fim do ciclo de alta da inadimplência, especialmente na carteira PF, cujo índice caiu pelo 4º mês seguido (acumulando baixa de 0,3 pp desde então). O cenário de acomodação da inflação, mercado de trabalho aquecido, queda dos juros e incentivos para a renegociação das dívidas favorecem a queda da inadimplência das famílias (assim como os índices de endividamento e comprometimento de renda).

Já a inadimplência PJ subiu 0,1 pp novamente, para 2,7%, e ainda não parece ter chegado ao pico, embora este deva ocorrer em breve, como aponta o índice de atrasos (15-90 dias), que recuou 0,1 pp, para 1,5%, e também mostra viés de queda desde junho (após atingir 1,8% em maio).

Em resumo, a leitura seguiu mostrando uma desaceleração do ritmo de expansão do crédito, mas novamente trazendo sinalizações positivas, com queda das taxas de juros e da inadimplência. Ainda que a carteira de crédito registre uma expansão inferior a estimada até então (+7,6%), tal cenário sugere um crescimento mais saudável e sustentável (com menor peso das linhas rotativas).

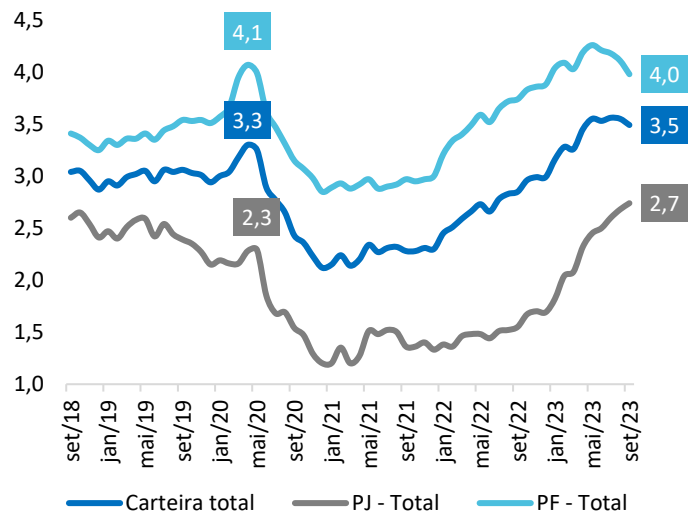
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

**Quadro 11: Taxa de juros – Total, PF e PJ
Média do SFN – % a.a.**



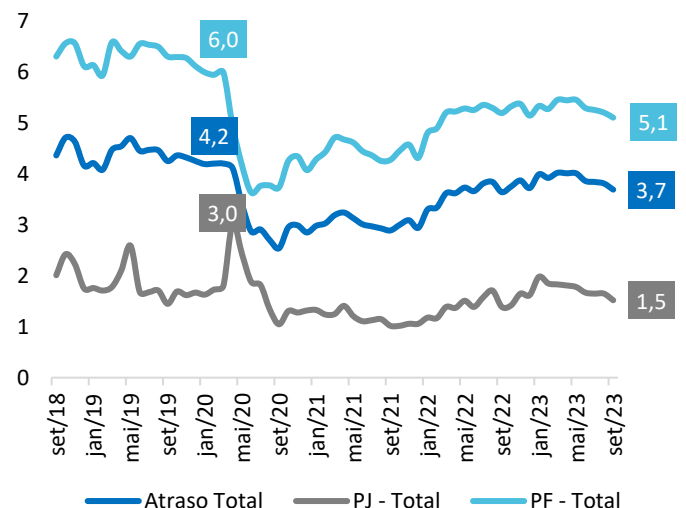
Fonte: Bacen

Quadro 12: Taxa de inadimplência (> 90 dias) – % da carteira



Fonte: Bacen

Quadro 13: Taxa de atraso (entre 15 e 90 dias) – % da carteira



Fonte: Bacen

Resultado Corporativo 3º Tri/23 Itaú Unibanco

CRÉDITO / BANCOS

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 9,0 bilhões no 3º trimestre. O número veio em linha com o esperado (R\$ 8,9 bi) e representa uma alta de 3,4% no trimestre e de 11,9% ante o 3T22. Com isso, o ROE atingiu 21,1%, alta de 0,1 pp no trimestre, atingindo o maior valor no pós-pandemia (23,7% no 4T19). Ainda, o banco registrou uma perda não recorrente de R\$ 1,2 bi em função da venda da unidade na Argentina, que ocorreu em agosto. Assim, considerando também outros itens não recorrentes, o lucro contábil da IF foi de R\$ 7,5 bi no período.

No trimestre, a melhora do resultado decorreu de uma combinação do aumento das receitas e redução do custo do crédito. O aumento da receita foi beneficiado pelo crescimento da margem financeira (+1,1%), especialmente da margem com clientes (+2,5%), que contou com maior volume médio de crédito, além dos ganhos de operações sensíveis a spreads (+3,2%). Outro destaque foram os ganhos com serviços e seguros (+3,6%). Nos serviços (+3,2%), destaque para a alta da receita de assessoria econômica e corretagem (+22,8%) e emissões de cartões (+4,5%). Enquanto as receitas com seguros subiram 5,4%, com maiores prêmios ganhos.

Já com relação às despesas, a PDD caiu 4,1% no trimestre, diante da melhora da qualidade das novas safras. Houve redução no custo do crédito tanto na operação de varejo (R\$ 148 mi) como de atacado (R\$ 255 mi) no Brasil. Já as despesas operacionais subiram 3,3%, puxadas pelas despesas de pessoal (+7,2%) após o acordo coletivo salarial de setembro e maior despesa com participação nos resultados. Os gastos administrativos, por sua vez, subiram apenas 1,3%. Com isso, o índice de eficiência do banco (quanto menor, melhor) atingiu 40,2% nos últimos 12 meses, o melhor patamar da série histórica.

A carteira de crédito ampliada do Itaú subiu 4,7% em 12 meses e 1,0% ante o tri anterior, atingindo R\$ 1,163 tri. No comparativo anual, a alta ocorreu em função do desempenho da carteira destinada às famílias (+6,2%), que contou com forte expansão tanto em linhas mais rentáveis (crédito pessoal, +18,2%), como em linhas mais seguras e com garantia (crédito imobiliário, +12,1%). Por outro lado, o saldo do cartão de crédito caiu 0,8% em 12 meses. Já a carteira PJ recuou 0,2% no mesmo período, em função da queda do crédito destinado às grandes empresas (-3,7%), enquanto o crédito para as MPMEs subiu 3,5%.

Já a inadimplência total (acima de 90 dias) permaneceu estável no trimestre, em 3,0% da carteira, em função da estabilidade nas carteiras PF (4,9%) e de grandes empresas (+0,1%), mas com leve alta em MPMEs (+0,1 pp para 2,6%). Por outro lado, os atrasos (entre 15 e 90 dias) caíram 0,2 pp, para 2,3%, com melhora em PF e PJ, sugerindo que o ciclo de alta da inadimplência chegou ao fim.

Em função da venda da unidade da Argentina, o Itaú fez algumas alterações em seu *guidance* para 2023. No caso do crédito, o crescimento da carteira total (incluindo América Latina) foi ligeiramente reduzido para o intervalo entre 5,7% e 8,7% (ante 6,0% a 9,0%).

Quadro 14: Resultado 3T23 – Itaú Unibanco

Itaú Unibanco – R\$ Mi	3T22	2T23	3T23	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	2.422.978	2.585.768	2.678.896	3,6%	10,6%
TVM	767.829	932.301	946.123	1,5%	23,2%
Depósitos	843.974	923.281	932.284	1,0%	10,5%
Patrimônio Líquido	165.587	178.424	182.292	2,2%	10,1%
DRE					
Margem Financeira Gerencial	23.901	25.997	26.275	1,1%	9,9%
Margem com Clientes	23.385	24.927	25.559	2,5%	9,3%
Margem com o Mercado	516	1.070	715	-33,1%	38,6%
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-8.275	-9.609	-9.212	-4,1%	11,3%
Receitas de prestação de serviços	10.410	10.363	10.694	3,2%	2,7%
Operações com Seg., Prev. e Cap.	1.841	2.079	2.191	5,4%	19,0%
Despesas não Decorrentes de Juros	-13.939	-14.272	-14.742	3,3%	5,8%
IR/CSLL	-3.744	-3.388	-3.679	8,6%	-1,7%
Lucro/Prejuízo do período ²	8.079	8.742	9.040	3,4%	11,9%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE¹					
ROAE	21,0%	20,9%	21,1%	0,1 pp	0,1 pp
ROAA	1,4%	1,4%	1,4%	0,0 pp	0,0 pp
Índice de eficiência	41,1%	39,6%	40,0%	0,4 pp	-1,1 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada ³	1.111.024	1.151.617	1.163.213	1,0%	4,7%
PF	384.600	405.157	408.497	0,8%	6,2%
PJ	301.002	293.605	300.542	2,4%	-0,2%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	-47.741	-53.618	-53.550	-0,1%	12,2%
Despesa PDD/Carteira de crédito amp.	0,7%	0,8%	0,8%	0,0 pp	0,0 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito amp.	4,3%	4,7%	4,6%	-0,1 pp	0,3 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	2,8%	3,0%	3,0%	0,0 pp	0,2 pp
Índice de Basileia	14,7%	15,1%	16,3%	1,2 pp	1,6 pp
Índice de Cobertura > 90 dias	215%	212%	209%	-2,4 pp	-5,6 pp

Fonte: Itaú RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Anualizado ²Lucro Líquido Ajustado Gerencial ³Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, CRI, *commercial papers*, etc.) e unidades da América Latina.

Resultado Corporativo 3º Tri/23 Banco do Brasil

CRÉDITO / BANCOS

O Banco do Brasil (BB) apresentou lucro líquido gerencial de R\$ 8,8 bilhões no 3º trimestre, ligeiramente abaixo do esperado (R\$ 9,0 bi). O resultado representa estabilidade no trimestre e alta de 5,1% ante o 3T22. Com isso, o ROE ficou praticamente estável em 21,3%. Em geral, a instituição também mostrou melhora de suas métricas, mas o resultado acabou pressionado pela ampliação dos gastos com PDD em função do caso Americanas, dado que o BB ainda não tinha provisionado 100% de sua carteira com a empresa, diferente dos demais *players* afetados pelo evento.

No trimestre, a margem financeira bruta subiu 3,5%, contando com bom desempenho das operações de tesouraria (+11,8%) e, em menor escala, com ganhos com crédito (+2,3%), devido ao aumento do volume da carteira, além de mais dias úteis no 3T23. Outro resultado positivo foi a alta das receitas com prestações de serviços que subiram 4,6%, em especial, devido ao desempenho positivo do segmento de cartões (+14,1%), seguros, previdência e capitalização (+10,6%) e administração de fundos (+5,7%).

Do lado negativo, pesou a alta da PDD (+4,7%), impactada em R\$ 507 mi pelo rebaixamento do rating (de G para H) de uma empresa do atacado (leia-se, Americanas), tornando o BB 100% coberto em sua exposição à empresa (ante 70% até o 2T23). Sem tal efeito, a PDD teria recuado 2,3%. Já as despesas gerais subiram 1,5%, em função da alta nos gastos administrativos (+7,2%), especialmente com publicidade (+47,3%) e processamento de dados (+30,2%). As despesas de pessoal, por sua vez, se mantiveram controladas (-1,7%). Com isso, o índice de eficiência (acum. 12 meses) voltou a cair, passando de 28,3% para 28,0%, atingindo sua melhor marca na série histórica.

A carteira de crédito ampliada do BB subiu 10,0% em 12 meses. A expansão é liderada pela carteira agro (+18,9%), onde o banco é líder de mercado. A carteira destinada às famílias subiu 7,9%, com alta concentrada em linhas mais seguras, como o consignado (+8,9%), que representa 40% do crédito PF do BB; enquanto a carteira de crédito pessoal (+1,6%) e cartão de crédito (+0,9%) ficaram praticamente estáveis. Já a carteira destinada às empresas subiu 4,7%, liderada pelo segmento de MPMEs (+14,2%).

A inadimplência (acima de 90 dias) subiu 0,1 pp para 2,8% da carteira no 3T23. A piora veio do crédito PJ (+0,5 pp), com efeito de +0,3 pp vindo do atacado (Americanas). O banco apontou que sem este efeito, a inadimplência teria ficado estável em 2,6%. Por outro lado, a inadimplência PF caiu 0,2 pp, para 5,0%. Ainda com relação à qualidade do crédito, os atrasos (entre 15 e 90 dias) ficaram estáveis em 4,5%, novamente com queda em PF (-0,4 pp); mas ainda com piora em PJ (+0,4 pp).

Por fim, o BB manteve seu *guidance* para 2023, onde segue aguardando um crescimento da carteira de crédito ampliada entre 9,0% e 13,0%, puxada pela carteira agro (entre 14,0% e 18,0%), que, inclusive, está crescendo em ritmo maior (+18,9%) que o projetado. Por outro lado, apenas o desempenho da carteira PJ segue abaixo do *guidance*, que prevê uma alta entre 8% e 12% no ano.

Quadro 15: Resultado 3T23 – Banco do Brasil

Banco do Brasil – R\$ Mi	3T22	2T23	3T23	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS¹					
Ativo Total	2.146.487	2.103.152	2.248.911	6,9%	4,8%
TVM	430.263	446.412	446.535	0,0%	3,8%
Depósitos	773.372	793.362	799.621	0,8%	3,4%
Patrimônio Líquido	157.890	167.680	170.511	1,7%	8,0%
DRE					
Margem Financeira Bruta	19.558	22.887	23.680	3,5%	21,1%
Provisão p/ créditos de liquid. Duvidosa	-4.517	-7.176	-7.516	4,7%	66,4%
PDD - Risco de Crédito	-6.315	-8.495	-9.164	7,9%	45,1%
PDD - Recuperação de Crédito	2.224	2.150	2.131	-0,9%	-4,2%
Receitas com Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	8.524	8.286	8.670	4,6%	1,7%
Despesas Administrativas	-8.405	-9.035	-9.174	1,5%	9,2%
IR/CSLL	-2.980	-2.335	-2.139	-8,4%	-28,2%
Lucro Líquido Ajustado	8.360	8.785	8.785	0,0%	5,1%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE²					
ROAE	21,8%	21,3%	21,3%	-0,1 pp	-0,5 pp
ROAA	1,6%	1,7%	1,6%	-0,1 pp	0,0 pp
Índice de eficiência	31,6%	28,3%	28,0%	-0,3 pp	-3,6 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada ³	969.219	1.044.859	1.066.232	2,0%	10,0%
Interna	922.669	995.532	1.015.531	2,0%	10,1%
PF	281.909	302.052	304.147	0,7%	7,9%
PJ	354.765	371.874	371.447	-0,1%	4,7%
Agronegócios	285.995	321.606	339.937	5,7%	18,9%
Externa	46.550	49.326	50.701	2,8%	8,9%
Despesa PDD/Carteira de crédito amp.	0,5%	0,7%	0,7%	0,0 pp	0,2 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	2,3%	2,7%	2,8%	0,1 pp	0,5 pp
Índice de Basileia	16,7%	15,7%	16,2%	0,5 pp	-0,5 pp
Cobertura > 90 dias	234,9%	201,3%	199,1%	-2,2 pp	-35,8 pp

Fonte: BB RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Contábil ²Anualizado ³Inclui operações com TVM e garantias.

Resultado Corporativo 3º Tri/23 Bradesco

CRÉDITO / BANCOS

O Bradesco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 4,6 bilhões no 3º trimestre, com alta de 2,3% ante o 2T23 e queda de 11,5% em um ano. O resultado veio em linha com o esperado, correspondendo a um ROE de 11,3%, subindo 0,2 pp no trimestre, mas ainda abaixo (-1,7 pp) do patamar obtido no mesmo trimestre de 2022, seguindo em um nível historicamente baixo.

O avanço do lucro no trimestre foi influenciado pela queda das despesas de PDD (-10,9%), devido à melhor qualidade das novas safras de crédito. Outro ponto positivo foi a expansão das receitas de serviços (+4,1%), beneficiadas pelos ganhos de administração de consórcios (+12,0%), fundos (+8,5%) e serviços de assessoria financeira (+113,8%).

Do lado negativo, pesou a queda da margem financeira (-4,2%), puxada pela menor margem com clientes (-4,9%). A piora reflete, em parte, a busca da IF por aumentar a participação de créditos mais seguros em seu portfólio, que, por sua vez, são menos rentáveis, reduzindo a taxa média da carteira. Adicionalmente, o saldo médio da carteira também caiu por conta da postura mais restritiva do banco. O resultado da operação de seguros também caiu (-4,5%), pressionado pelo maior volume de sinistros e resgates de capitalização. Já as despesas operacionais subiram 2,7%, puxadas pelas demais despesas (+15,5%), com maiores gastos em comercialização de cartões e contingências cíveis/fiscais. As despesas de pessoal (+0,8%) e administrativas (+1,7%) permaneceram relativamente controladas. Apesar disso, o índice de eficiência operacional da IF registrou leve piora, ao subir de 46,8% para 47,3% no acumulado em 12 meses.

A carteira de crédito ampliada do Bradesco cresceu 1,0% no tri e ficou estável (-0,1%) em um ano, atingindo R\$ 877,5 bi. Em 12 meses, a estabilidade da carteira foi resultado da queda da carteira PJ (-1,8%) e alta (+2,3%) na carteira PF. Na carteira destinada às empresas, a queda foi puxada pelo segmento de MPMEs (-5,3%), enquanto houve estabilidade na carteira de grandes empresas. Já a alta na carteira destinada às famílias decorreu do aumento da carteira de crédito rural (+7,9%), cartão de crédito (+7,1%) e financiamento imobiliário (+6,2%), enquanto reduziu sua exposição ao crédito pessoal (-3,0%) e destinado para aquisição de veículos (-7,5%).

A inadimplência (acima de 90 dias) atingiu 6,1% da carteira, subindo 0,2 pp no tri e 2,2 pp em 12 meses, renovando o maior patamar desde o início da série (2009). Entretanto, a piora no tri foi puxada pelo evento Americanas (que está 100% provisionado), que fez a inadimplência das grandes empresas subir 1,2 pp no período. Sem o impacto deste cliente específico, a inadimplência total da carteira do banco teria caído de 5,7% para 5,6%. A inadimplência do segmento de MPMEs também subiu (+0,2 pp, para 7,2%). Do lado positivo, o indicador do segmento PF caiu 0,1 pp, após atingir o pico de 6,7% no 2T23.

Já os atrasos (entre 15 a 90 dias) recuaram 0,3 pp no trimestre, para 4,1%, com queda tanto na carteira PF e PJ, sugerindo uma melhora dos índices de inadimplência nos próximos trimestres.

Quadro 16: Resultado 3T23 – Bradesco

Bradesco – R\$ Mi	3T22	2T23	3T23	Var. %	
				Tri	Anual
ITENS PATRIMONIAIS					
Ativo Total	1.891.631	1.884.020	1.931.295	2,5%	2,1%
TVM	753.652	768.684	754.299	-1,9%	0,1%
Depósitos	590.739	591.747	612.915	3,6%	3,8%
Patrimônio Líquido	158.489	161.178	162.713	1,0%	2,7%
DRE¹					
Margem Financeira Bruta	16.283	16.556	15.859	-4,2%	-2,6%
Margem com Clientes	17.527	16.652	15.836	-4,9%	-9,6%
Margem com Mercado	-1.243	-96	23	-124,0%	-101,8%
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-7.267	-10.316	-9.188	-10,9%	26,4%
Receitas de prestação de serviços	8.856	8.756	9.112	4,1%	2,9%
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	3.469	4.841	4.624	-4,5%	33,3%
Despesas de pessoal	-6.219	-6.155	-6.206	0,8%	-0,2%
Despesas administrativas	-5.573	-5.559	-5.651	1,7%	1,4%
IR/CSLL	-1.818	-393	-534	35,9%	-70,6%
Lucro/Prejuízo do período ²	5.223	4.518	4.621	2,3%	-11,5%
RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE¹					
ROAE	13,0%	11,1%	11,3%	0,2 pp	-1,7 pp
ROAA	1,1%	1,0%	1,0%	0,0 pp	-0,1 pp
Índice de eficiência	46,5%	46,1%	48,2%	2,1 pp	1,7 pp
CRÉDITO					
Carteira de crédito ampliada ³	878.571	868.687	877.500	1,0%	-0,1%
PF	352.672	361.077	360.850	-0,1%	2,3%
PJ	525.899	507.610	516.650	1,8%	-1,8%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	48.162	53.836	53.105	-1,4%	10,3%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,8%	1,2%	1,0%	-0,1 pp	0,2 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	5,5%	6,2%	6,1%	-0,1 pp	0,6 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	3,9%	5,9%	6,1%	0,2 pp	2,2 pp
Índice de Basileia	15,8%	15,5%	16,0%	0,4 pp	0,2 pp
Cobertura > 90 dias	200,7%	163,7%	155,2%	-8,5 pp	-45,5 pp

Fonte: Bradesco RI. Elaboração: FEBRABAN. ¹Anualizado ²Lucro Líquido Ajustado Gerencial ³ Inclui outras operações com risco de crédito: debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.

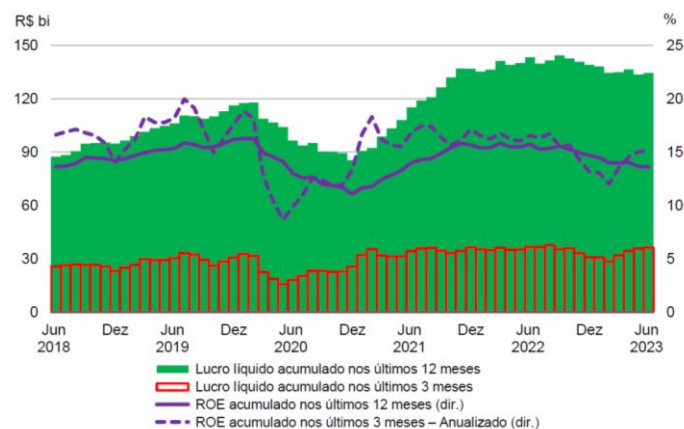
**Relatório de Estabilidade Financeira –
1º semestre de 2023**

CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central divulgou, na última quinta-feira (9), o [Relatório de Estabilidade Financeira \(REF\) referente ao 1º semestre de 2023](#). A publicação traz uma análise detalhada do Sistema Financeiro Nacional (SFN) sob diversas óticas, como liquidez, solvência, rentabilidade, mercado de crédito, etc. No geral, o documento mostra que não há risco relevante para a estabilidade financeira, com as IFs mantendo elevados níveis de capital e liquidez. Abaixo os principais destaques do relatório:

1. Cenário internacional: exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio e a dependência de *fundings* externo são baixos.
2. Financiamento à economia doméstica permaneceu desacelerando, em linha com a política monetária e o risco de crédito.
3. Em razão das perdas incorridas, as IFs reduziram o apetite ao risco, mas o cenário ainda requer cautela.
4. Capacidade de pagamento das famílias segue pressionada.
5. Inadimplência e carteira de maior risco elevaram-se, mas provisões permanecem acima das perdas esperadas.
6. Apesar da piora da rentabilidade, o sistema bancário permanece rentável e com perspectivas positivas.
7. Liquidez do sistema permanece confortável, e condições de captações estão mais homogêneas entre os portes de IFs.
8. Base de capital permanece sólida, e a estrutura de capital está mais homogênea entre os segmentos de bancos.
9. Resultados das análises de risco e dos testes de estresse continuam demonstrando a resiliência da base de capital.
10. Testes de estresse de liquidez: liquidez é suficiente para absorver potenciais perdas em cenários estressados.
11. Infraestrutura e sistemas do Mercado Financeiro contribuíram para o funcionamento seguro e eficiente dos mercados.
12. São positivos os resultados da Lei 14.286/21, novo marco legal para o mercado de câmbio e de capitais internacionais.
13. BC realizará diagnósticos periódicos dos riscos provenientes da incorporação de tecnologias e da ampliação do relacionamento das IFs com provedores de tecnologia da informação.
14. BC não vê risco relevante para a estabilidade financeira. Confiança do mercado financeiro na resiliência do SFN segue alta.

Quadro 17: Evolução do Lucro Líquido e da Rentabilidade (ROE) do Sistema Bancário



Fonte: REF/Bacen

Na próxima semana, o Informativo de Economia Bancária da Febraban trará uma análise mais detalhada dos principais destaques do Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2023				2024			
	10/11/23	03/11/23	13/10/23	Viés	10/11/23	03/11/23	13/10/23	Viés
IPCA (%)	4,59	4,63	4,75	▼	3,92	3,91	3,88	▲
PIB (% de crescimento)	2,89	2,89	2,92	↔	1,50	1,50	1,50	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	11,75	11,75	11,75	↔	9,25	9,25	9,00	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,00	5,00	5,00	↔	5,08	5,05	5,05	▲

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	10/11/23	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,91	0,13%	-2,55%	-7,02%	-8,75%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	165,42	1,51%	-9,67%	-34,89%	-39,53%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	12,06	-0,50%	-1,19%	-11,64%	-11,86%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	10,82	-0,95%	-2,92%	-19,31%	-21,18%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	10,97	-1,61%	-5,20%	-13,03%	-15,54%
Índice Ibovespa (em pontos)	120.568,14	2,04%	6,56%	9,87%	9,83%
IFNC (setor financeiro)	12.095,44	3,85%	9,53%	17,96%	15,85%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	22,22%	37,50%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	5,06	4,62%	-0,49%	14,38%	16,86%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,65	1,74%	-5,66%	20,05%	22,01%
Dollar Index	105,86	0,80%	-0,75%	2,26%	-2,17%
Índice S&P 500 (em pontos)	4.415,24	1,31%	5,28%	15,00%	11,60%
Índice de ações de bancos – EUA	86,56	-4,92%	3,50%	-24,13%	-31,75%
Índice Euro Stoxx 50	4.197,36	0,54%	3,35%	10,64%	9,12%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	110,61	-0,07%	2,63%	15,39%	21,75%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	81,43	-4,08%	-6,84%	-5,21%	-13,07%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira